

**BIBLIOTECA  
DO IEPP**

EDIÇÃO *STANDARD* BRASILEIRA  
DAS OBRAS PSICOLÓGICAS COMPLETAS DE

## **SIGMUND FREUD**

*Com os Comentários e Notas de James Strachey*

*Préface especial para a edição brasileira de  
ANNA FREUD*

VOLUME XIII (1913-1914)

**TOTEM E TABU E OUTROS TRABALHOS**

*Traduzido do Alemão e do Inglês, sob a Direção-Geral de  
JAYME SALOMÃO*

Membro-Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Membro da Associação Psiquiátrica do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo da Guanabara.

*Tradução de*  
ÓRIZON CARNEIRO MUNIZ

*Revisão Técnica de*  
LEÃO CABERNITE  
Presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro

IMAGO EDITORA LTDA.  
Rio de Janeiro

VOLUME XIII

TOTEM E TABU

Alguns Pontos de Concordância Entre  
a Vida Mental dos Selvagens e dos Neuróticos  
(1913 [1912-13])

**INDICE  
VOLUME XIII**

**TOTEM E TABU (1913 [1912-13])**

Nota do Editor Inglês .....	13
Prefácio à Primeira Edição .....	17
Prefácio à Tradução Hebraica .....	19
I. O Horror ao Incesto .....	20
II. Tabu e Ambivalência Emocional .....	38
III. Animismo, Magia e a Onipotência de Pensamentos .....	97
IV. O Retorno do Totemismo na Infância .....	125
APENDICE: Relação das Obras de Freud que tratam de Antropologia Social, Mitologia e História da Religião .....	193

**O INTERESSE CIENTIFICO DA PSICANALISE  
(1913)**

Parte I. O Interesse Psicológico da Psicanálise .....	199
Parte II. O Interesse da Psicanálise para as Ciências Não-Psicológicas	
(A) A Interesse Filológico da Psicanálise .....	211
(B) O Interesse Filosófico da Psicanálise .....	213
(C) O Interesse Biológico da Psicanálise .....	214
(D) O Interesse da Psicanálise de um Ponto de Vista de Desenvolvimento .....	218
(E) O Interesse da Psicanálise do Ponto de Vista da História da Civilização .....	220

(F) O Interesse da Psicanálise do Ponto de Vista da Ciência da Estética .....	222
(G) O Interesse Sociológico da Psicanálise .....	223
(H) O Interesse Educacional da Psicanálise .....	224
OBSERVAÇÕES E EXEMPLOS DA PRÁTICA PSICANALÍTICA (1913) .....	227
*FAUSSE RECONNAISSANCE ('DEJA RACONTE') NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO (1914) .....	237
O MOISÉS DE MICHELANGELO (1914) .....	249
Postscript (1927) .....	279
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PSICOLOGIA DO ESCOLAR (1914) .....	281
BIBLIOGRAFIA E ÍNDICE DE AUTORES .....	289
RELAÇÃO DAS ABREVIACOES .....	299
ÍNDICE REMISSIVO .....	301

#### RELAÇÃO DAS ILUSTRAÇÕES

O Moisés de Michelangelo .....	<i>fronstispício</i>
Detalhe do Moisés Michelangelo .....	<i>ao lado da pág.</i> 265
Estatueta de Moisés .....	<i>ao lado da pág.</i> 279

(Por permissão do Ashmoleum Museum, Oxford)

#### CONSELHO PERMANENTE DE CONSULTA

O *Conselho Permanente de Consulta* (C.P.C.) foi constituído com a finalidade de auxiliar, sob a forma de consultas, os diversos tradutores e revisores da obra. Compõe-se dos seguintes psicanalistas:

##### BRASIL

- ADELHEID KOCH  
Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de S. Paulo.
- CYRO MARTINS  
Membro da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.
- DARCY MENDONÇA UCHOA  
Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de S. Paulo.
- DAVID ZIMMERMANN  
Membro da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.
- DÉCIO SOARES DE SOUZA  
Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de S. Paulo.
- DURVAL MARCONDES  
Presidente da Associação Brasileira de Psicanálise.
- EDGARD DE ALMEIDA  
Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.
- FÁBIO LEITE LOBO  
Membro da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.
- HENRIQUES MENDES  
Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.
- LEÃO CABERNITE  
Membro da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.
- LUIZ GUIMARÃES DAHLHEIM  
Membro da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.
- MARIA PEREIRA MANHÃES  
Membro da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.
- MÁRIO MARTINS  
Membro da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.
- PAULO GUEDES  
Membro da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.
- VIRGÍNIA LEONE BICUDO  
Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de S. Paulo.
- WALDEREDO ISMAEL DE OLIVEIRA  
Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

##### PORTUGAL

- FRANCISCO ALVIM  
Membro da Sociedade Luso-Espanhola de Psicanálise.
- PEDRO LUZES  
Membro da Sociedade Luso-Espanhola de Psicanálise.



Os títulos originais dos diversos trabalhos do presente volume estão referidos nas Notas do Editor Inglês (James Strachey), que precedem os mesmos.

*Copyright under the International and  
Pan American Conventions*

Copyright © Portuguese Translation by IMAGO EDITORA 1969 — All rights reserved.  
Copyright © James Strachey — Annotations, editorial matter and arrangements 1969.  
Coordenadora da editoração: THEMIRA DE OLIVEIRA BRITO  
Revisão Estilística: MARCOS FERNANDES DA SILVA MOREIRA  
Revisão Tipográfica: FRED PERROTTI

PRIMEIRA EDIÇÃO EM: JANEIRO DE 1974

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS DE PUBLICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA O BRASIL, PORTUGAL E PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA

IMAGO EDITORA LTDA.  
Av. N. Sra. de Copacabana, 330, 10º andar  
Tel. 255-2715 — Rio de Janeiro

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

## NOTA DO EDITOR INGLÊS (JAMES STRACHEY)

### TOTEM UND TABU

#### (a) EDIÇÕES ALEMÃES

- 1912 Parte I, *Imago*, 1 (1), 17-33. (Sob o título 'Über einige Übereinstimmungen im Seelenleben der Wilden und der Neurotiker' ['Alguns Pontos de Concordância entre a Vida Mental dos Selvagens e dos Neuróticos'].)
- 1912 Parte II, *Imago*, 1 (3), 213-27 e (4), 301-33. (Mesmo título.)
- 1913 Parte III, *Imago*, 2 (1), 1-21. (Mesmo título.)
- 1913 Parte IV, *Imago*, 2 (4), 357-408. (Mesmo título.)
- 1913 Em um só volume, sob o título *Totem und Tabu*, Leipzig e Viena, Heller, V + 149 págs.
- 1920 2ª ed., Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, VII + 216 págs.
- 1922 3ª ed., Leipzig, Viena e Zurique: I.P.V., VII + 216 págs.
- 1924 *G.S.*, 10, 3-194.
- 1934 5ª ed., Viena: I.P.V., 194 págs.
- 1940 *G.W.*, 9, págs. 1-205.
- 1934 'Vorrede zur hebräischen Ausgabe von *Totem und Tabu*', *G.S.*, 12, 385.
- 1948 *G.W.*, 14, 569.

#### (b) TRADUÇÕES INGLÊSAS:

##### *Totem and Taboo*

- 1918 Nova Iorque: Moffat, Yard, XI + 256 págs. (Trad. de A. A. Brill.)
- 1919 Londres: Routledge, XI + 265 págs. (Trad. de A. A. Brill.)

- 1938 Londres e Nova Iorque: Penguin Books, 159 págs. (Trad. de A. A. Brill.)
- 1938 Em *The Basic Writings of Sigmund Freud*, Nova Iorque: Modern Library, págs. 807-930. (Trad. de A. A. Brill.)
- 1950 Londres: Routledge and Kegan Paul, XI + 172 págs. (Trad. de James Strachey.)
- 1950 'Preface to the Hebrew Translation of *Totem and Taboo*' ('Prefácio à Tradução Hebraica de *Totem e Tabu*'). Em *Totem and Taboo*, Londres, 1950, pág. XI. (Trad. de James Strachey.)

A presente tradução é uma versão ligeiramente corrigida da publicada em 1950.

No seu Prefácio, Freud conta que seu primeiro estímulo para escrever estes ensaios veio das obras de Wundt e Jung. Na realidade, seu interesse pela antropologia social vinha de muito tempo antes. Na correspondência com Fliess (1950a), além de alusões gerais ao gosto sempre presente pelo estudo da arqueologia e da pré-história, há um certo número de referências específicas a temas antropológicos e à luz que a psicanálise lança sobre eles. No Rascunho N (31 de maio de 1897), por exemplo, ao estudar o 'horror ao incesto', ele assinala a relação entre o desenvolvimento da civilização e a repressão dos instintos, assunto ao qual retornou no artigo sobre "'Civilized" Sexual Ethics' (1908d) e, muito mais tarde, em *Civilization and its Discontents* (1930a). Novamente, na Carta 78 (12 de dezembro de 1897), escreve: 'Pode imaginar o que são "mitos endopsíquicos"? São o fruto mais recente de meus trabalhos mentais. A obscura percepção interior de nosso próprio mecanismo psíquico estimula ilusões de pensamento, que são naturalmente proje-

tadas para a exterior e, de modo característico, para o futuro e o além-mundo. Imortalidade, castigo, vida após a morte, todos constituem reflexos de nossa própria psique mais profunda (...) psicomitologia.' E, na Carta 144 (4 de julho de 1901): 'Já leu que os ingleses escavaram um velho palácio em Creta (Cnossos), o qual declaram ser o autêntico labirinto de Minos? Zeus parece ter sido originalmente um touro. Parece, também, que o nosso próprio velho Deus, antes de passar pela sublimação incentivada pelos persas, era também adorado como um touro. Isso suscita toda sorte de pensamentos, que ainda não estão em tempo de serem colocados no papel.' Finalmente, vale a pena mencionar uma breve passagem numa nota ao pé da página à primeira edição de *A Interpretação de Sonhos* (1900a), perto do fim da Seção B do Capítulo V, Edição *Standard* Brasileira, IV, 230r., Imago Editora, 1972, que deixa entrever a direção da monarquia da posição social do pai de família.

Mas os principais elementos da contribuição de Freud à antropologia social aparecem, pela primeira vez, nesta obra e mais especialmente no quarto ensaio, que contém a hipótese da horda primeva e da morte do pai primevo, e elabora sua teoria fazendo remontar a isso a origem da quase totalidade das instituições sociais e culturais posteriores. O próprio Freud estimava muito este último ensaio, tanto no que diz respeito ao conteúdo como a forma. Contou a seu tradutor de então, provavelmente em 1921, que o considerava como sua obra mais bem escrita. Não obstante, o Dr. Ernest Jones informa-nos que mesmo em meados de junho de 1913, quando as provas do ensaio já se achavam prontas e após havê-lo apresentado à Sociedade Psicanalítica de Viena, Freud ainda, expressava dúvidas e hesitações sobre sua publicação. Essas dúvidas foram prontamente afastadas, contudo, e o livro permaneceu sendo um de seus favoritos durante toda a vida, recorrendo constantemente ao mesmo. Assim, por exemplo, resumiu-o e discutiu-o com particular carinho no sexto capítulo de seu *Autobiographical Study* (1925d)



e citou-o muitas vezes no último livro que publicou, *Moses and Monotheism* (1939a).

Sobre a composição real destes ensaios, possuímos uma boa quantidade de informações, cujos pormenores podem ser encontrados no segundo volume da biografia de Freud, pelo Dr. Ernest Jones. Freud começara os preparativos para a obra e, em particular, a leitura de grande quantidade de literatura sobre o assunto, já em 1910. O título 'Totem e Tabu' evidentemente já se encontrava em seu espírito em agosto de 1911, embora só viesse a adoptá-lo definitivamente quando os ensaios foram coligidos em forma de livro. O primeiro ensaio foi terminado em meados de janeiro de 1912, publicado em *Imago* em março seguinte e pouco após reimpresso, com algumas pequenas omissões, no semanário vienense *Pan* (11 e 18 de abril de 1912) e no diário *Neues Wiener Journal*, de Viena (18 de abril). O segundo ensaio foi lido na Sociedade Psicanalítica de Viena, em 15 de maio de 1912, numa palestra que durou três horas. O terceiro foi preparado durante o outono de 1912 e pronunciado perante a Sociedade de Viena em 15 de janeiro de 1913. O quarto foi terminado em 12 de maio de 1913 e lido para a mesma sociedade em 4 de junho de 1913.

*Totem e Tabu* foi traduzido em diversas línguas além do inglês, durante a vida de Freud: em húngaro (1919), espanhol (1923), português (s/data), francês (1924), japonês (duas vezes, 1930 e 1934) e hebraico (1939). Para a última dessas traduções, como veremos adiante (pág. 19), Freud escreveu um prefácio especial.

#### NOTA DO EDITOR BRASILEIRO (JAYME SALOMÃO)

A presente tradução brasileira é da autoria de Orizon Carneiro Muniz; a revisão técnica é da responsabilidade do Dr. Leão Cabernite, Membro da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro; a revisão estilística esteve a cargo de Themira de Oliveira Brito.

#### PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Os quatro ensaios que se seguem foram originalmente publicados (sob um título que serve de subtítulo ao presente livro) nos dois primeiros volumes de *Imago*, periódico editado sob a minha direção. Representam uma primeira tentativa de minha parte de aplicar o ponto de vista e as descobertas da psicanálise a alguns problemas não solucionados da psicologia social [*Völkerpsychologie*]. Dessa maneira, apresentam, por um lado, um contraste metodológico com a obra de Wilhelm Wundt, que aplica as hipóteses e os métodos de trabalho da psicologia não-analítica aos mesmos objetivos, e, por outro, com os trabalhos da escola de psicanálise de Zurique, que se esforça, pelo contrário, por solucionar os problemas da psicologia individual com o auxílio de material derivado da psicologia social. (Cf. Jung, 1912 e 1913.). Apresso-me em confessar que foi dessas duas fontes que recebi o primeiro estímulo para os meus próprios ensaios.

Estou plenamente consciente das deficiências destes estudos. Não preciso mencionar aquelas que são necessariamente características das obras pioneiras, mas outras exigem uma palavra de explicação. Os quatro ensaios coligidos nestas páginas visam a despertar o interesse de um círculo bastante amplo de leitores instruídos, mas, na realidade, não podem ser compreendidos nem apreciados exceto por aqueles que já não sejam alheios à natureza essencial da psicanálise. Estes ensaios procuram diminuir a distância existente entre os estudiosos de assuntos como a antropologia social, a filologia e o folclore, por um lado, e os psicanalistas, por outro. No entanto, não podem oferecer a ambos os lados o que a cada um falta: ao primeiro uma iniciação adequada na nova técnica psicológica; ao último, uma compreensão suficiente do material que se encontra à espera de tratamento. Devem assim contentar-se em atrair a atenção das duas partes e em incentivar a crença de que uma cooperação ocasional entre ambas não poderá deixar de ser proveitosa para a pesquisa.

Ver-se-á que os dois principais temas dos quais o título deste livro se origina — os tótems e os tabus — não receberam o mesmo tratamento. A análise dos tabus é apresentada como um es-

forço seguro e exaustivo para a solução do problema. A investigação sobre o totemismo não faz mais que declarar que 'isso é o que a psicanálise pode, no momento, oferecer para a elucidação do problema do totem'. A diferença está ligada ao fato de que os tabus ainda existem entre nós. Embora expressos sob uma forma negativa e dirigidos a um outro objeto, não diferem, em sua natureza psicológica, do 'imperativo categórico' de Kant, que opera de uma maneira compulsiva e rejeita quaisquer motivos conscientes. O totemismo, pelo contrário, é algo estranho aos nossos sentimentos contemporâneos — uma instituição social-religiosa que foi há muito tempo relegada como realidade e substituída por formas mais novas. Deixou atrás de si apenas levíssimos vestígios nas religiões, maneiras e costumes dos povos civilizados da atualidade e foi submetido a modificações de grande alcance mesmo entre as raças sobre as quais ainda exerce influência. Os progressos sociais e técnicos da história humana afetaram os tabus muito menos que os tótems.

Faz-se neste livro uma tentativa de deduzir o significado original do totemismo dos seus vestígios remanescentes na infância — das insinuações dele que emergem no decorrer do desenvolvimento de nossos próprios filhos. A estreita conexão entre tótems e tabus nos leva um passo à frente no sentido da hipótese apresentada nestas páginas e se, no final, a hipótese parecer altamente improvável, essa falha não constituirá argumento contra a possibilidade de aproximá-la mais ou menos estreitamente da realidade tão difícil de reconstruir.

ROMA, setembro de 1913.

## PREFÁCIO À TRADUÇÃO HEBRAICA<sup>1</sup>

Nenhum leitor [da versão hebraica] deste livro achará fácil colocar-se na posição emocional de um autor que é ignorante da linguagem da sagrada escritura, completamente alheio à religião de seus pais — bem como a qualquer outra religião — e não pode partilhar de ideais nacionalistas, mas que, no entanto, nunca repudiou seu povo, que sente ser, em sua natureza essencial, um judeu e não tem nenhum desejo de alterar essa natureza. Se lhe fosse formulada a pergunta: 'Desde que abandonou todas essas características comuns a seus compatriotas, o que resta em você de judeu?', responderia: 'Uma parte muito grande e, provavelmente, a própria essência.' Não poderia hoje expressar claramente essa essência em palavras, mas algum dia, sem dúvida, ela se tornará acessível ao espírito científico.

Assim, constitui experiência de um tipo muito especial para esse autor um livro seu ser traduzido para a língua hebraica e colocado nas mãos de leitores para quem esse idioma histórico é uma língua viva; um livro, além disso, que trata da origem da religião e da moralidade, embora não adote um ponto de vista judaico e não faça exceções em favor do povo judeu. O autor espera, contudo, estar de acordo com seus leitores na convicção de que a ciência sem preconceitos não pode permanecer estranha ao espírito do novo judaísmo.

VIENA, dezembro de 1930.

<sup>1</sup> [Este prefácio foi pela primeira vez publicado em alemão em *G.S.*, 12, 385 (1934). Informava-se então que uma tradução hebraica estava para ser publicada em Jerusalém por Stybel. Na realidade, lá só foi publicada em 1939, por Kirjeith Zefer.]



## TOTEM E TABU

### I

#### O HORROR AO INCESTO

O homem pré-histórico, nas várias etapas de seu desenvolvimento, nos é conhecido através dos monumentos e implementos inanimados que restaram dele, através das informações sobre sua arte, religião e atitude para com a vida — que nos chegaram diretamente ou por meio de tradição transmitida pelas lendas, mitos e contos de fadas —, e através das relíquias de seu modo de pensar que sobrevivem em nossas maneiras e costumes. À parte disso, porém, num certo sentido, ele ainda é nosso contemporâneo. Há homens vivendo em nossa época que, acreditamos, estão muito próximos do homem primitivo, muito mais do que nós, e a quem, portanto, consideramos como seus herdeiros e representantes diretos. Esse é o nosso ponto de vista a respeito daqueles que descrevemos como selvagens ou semi-selvagens; e sua vida mental deve apresentar um interesse peculiar para nós, se estamos certos quando vemos nela um retrato bem conservado de um primitivo estágio de nosso próprio desenvolvimento.

Se essa suposição for correta, uma comparação entre a psicologia dos povos primitivos, como é vista pela antropologia social, e a psicologia dos neuróticos, como foi revelada pela psicanálise, está destinada a mostrar numerosos pontos de concordância e lançará nova luz sobre fatos familiares às duas ciências.

Tanto por razões externas como internas, escolherei como base dessa comparação as tribos que foram descritas pelos antropólogos como sendo dos selvagens mais atrasados e miseráveis, os aborígenes da Austrália, o continente mais jovem, em cuja fauna também podemos ainda observar muita coisa que é arcaica e já pereceu em outras regiões.

Os aborígenes australianos são considerados uma raça distinta, sem apresentar relação física nem lingüística com seus vizinhos mais próximos, os povos melanésio, polinésio e malaio. Eles não constroem casas, nem abrigos permanentes; não culti-

vam o solo; não criam animais domésticos, a exceção do cão; não conhecem nem mesmo a arte da cerâmica. Vivem inteiramente da carne dos animais que caçam e das raízes que arrancam. Reis e chefes são desconhecidos entre eles; os assuntos comuns são decididos por um conselho de anciães. É altamente duvidoso que se lhes possa atribuir qualquer religião moldada na adoração de seres superiores. As tribos do interior do continente, que têm de lutar contra condições de existência mais árduas em virtude da escassez de água, parecem ser, sob todos os aspectos, mais primitivas do que as que vivem perto da costa.

Naturalmente não era de se esperar que a vida sexual desses canibais pobres e desnudos fosse moral no nosso sentido ou que seus instintos sexuais estivessem sujeitos a um elevado grau de qualquer restrição. Entretanto, verificamos que eles estabelecem para si próprios, com o maior escrúpulo e o mais severo rigor, o propósito de evitar relações sexuais incestuosas. Na verdade, toda a sua organização social parece servir a esse intuito ou estar relacionada com a sua consecução.

Entre os australianos, o lugar das instituições religiosas e sociais que eles não têm é ocupado pelo sistema do 'totemismo'. As tribos australianas subdividem-se em grupos menores, ou clãs, cada um dos quais é denominado segundo o seu totem. *O que é um totem? Via de regra é um animal (comível e inofensivo, ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o clã.* Em primeiro lugar, o totem é o antepassado comum do clã; ao mesmo tempo, é o seu espírito guardião e auxiliar, que lhe envia oráculos, e embora perigoso para os outros, reconhece e poupa os seus próprios filhos. Em compensação, os integrantes do clã estão na obrigação sagrada (sujeita a sanções automáticas) de não matar nem destruir seu totem e evitar comer sua carne (ou tirar proveito dele de outras maneiras). O caráter totêmico é inerente, não apenas a algum animal ou entidade individual, mas a todos os indivíduos de uma determinada classe. De tempos em tempos, celebram-se festivais em que os integrantes do clã representam ou imitam os movimentos e atributos de seu totem em danças cerimoniais.

O totem pode ser herdado tanto pela linha feminina quanto pela masculina. É possível que originalmente o primeiro método de descendência predominasse em toda parte e só subse-

qüentemente fosse substituído pelo último. A relação de um australiano com seu totem é a base de todas as suas obrigações sociais: sobrepõe-se à sua filiação tribal e às suas relações consanguíneas.<sup>1</sup>

O totem não está vinculado a um determinado lugar. Os integrantes do clã distribuem-se por diferentes localidades e vivem pacificamente, lado a lado, com membros de outros clãs totêmicos.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> 'O laço totêmico é mais forte que os laços de sangue ou de família no sentido moderno.' (Frazer, 1910, 1, 53.)

<sup>2</sup> Este resumo altamente condensado do sistema totêmico deve necessariamente ficar sujeito a outros comentários e qualificações. A palavra 'totem' foi introduzida em 1791 (sob a forma 'totam') por um inglês, J. Long, que a tirou dos índios norte-americanos. O próprio assunto pouco a pouco tem despertado um grande interesse científico e produziu uma vasta literatura, da qual posso selecionar como obras de importância capital *Totemism and Exogamy* (1910), em quatro volumes, de J. G. Frazer, e os trabalhos de Andrew Lang, como, p. ex., *The Secret of the Totem* (1905). O mérito de ter sido o primeiro a reconhecer a importância do totemismo para a pré-história humana cabe a um escocês, John Ferguson McLennan (1869-70). As instituições totêmicas podiam, ou ainda podem ser observadas em funcionamento não apenas entre os australianos, mas também entre os índios norte-americanos, os povos da Oceania, nas Índias Orientais e em grande parte da África. Pode-se também inferir, por certos vestígios remanescentes, os quais de outro modo são difíceis de explicar, que o totemismo existiu em certa época entre as raças aborígenes arianas e semíticas da Europa e da Ásia. Muitos investigadores tendem, assim, a encará-lo como uma fase necessária do desenvolvimento humano que tem sido universalmente atravessada.

Como veio o homem pré-histórico a adotar os totens? Isto é, como vieram eles a tornar o fato de descenderem de um animal ou de outro a base de suas obrigações sociais e, como veremos logo mais, de suas restrições sexuais? Existem numerosas teorias sobre o assunto — das quais Wundt (1906 [264 e segs.]) forneceu um epítome para os leitores alemães — mas concordância nenhuma. É minha intenção, dentro de algum tempo, dedicar um estudo especial ao problema do totemismo, no qual tentarei explicá-lo através de uma abordagem psicanalítica. (Ver o quarto ensaio desta obra.)

Entretanto, não é apenas a teoria do totemismo que é assunto de discussão; os próprios fatos são difíceis de serem expressos em termos gerais, como tentei fazer no texto acima. Quase não existe uma afirmação que não comporte exceções ou contradições. Mas não se deve esquecer que mesmo as raças mais primitivas e preservativas são, em algum

E chegamos agora, por fim, à característica do sistema totêmico que atraiu o interesse dos psicanalistas. Em quase todos os lugares em que encontramos totens, encontramos também uma lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e, conseqüentemente, contra o seu casamento. Trata-se então da 'exogamia', uma instituição relacionada com o totemismo.

Esta proibição é notável por sua severa obrigatoriedade. Não existia nada no conceito ou atributos do totem que até agora mencionei que nos levasse a prevê-la, de maneira que é difícil compreender como ela veio a se tornar parte do sistema totêmico. Não é de surpreender, portanto, que alguns investigadores suponham na realidade, que a exogamia originalmente — nos primeiros tempos e em seu verdadeiro significado — nada tivesse a ver com o totemismo, mas se tivesse vinculado a ele (sem existir qualquer conexão subjacente) em uma época em que as restrições matrimoniais, tornaram-se necessárias. Se bem que isto seja possível, o fato é que a ligação entre totemismo e exogamia existe, sendo indiscutivelmente uma ligação muito firme.

Algumas outras considerações tornarão mais claro o significado desta proibição:

(a) A violação da proibição não é deixada ao que se poderia chamar de punição 'automática' das partes culpadas, como no caso de outras proibições totêmicas, tal como a existente contra a morte do animal totem. É vingada da maneira mais enérgica por todo o clã, como se fosse uma questão de impedir um perigo que ameaça toda a comunidade ou como se se tratasse de alguma culpa que a estivesse pressionando. Algumas citações de Frazer (1910, 1, 54) demonstrarão quão severamente essas

sentido, raças antigas e têm atrás de si uma longa história passada, durante a qual suas condições originais de vida estiveram sujeitas a muitos desenvolvimentos e deformações. Assim, acontece que naquelas raças em que o totemismo existe atualmente, podemos encontrá-lo em estágios diversos de decadência e desintegração ou no processo de transição para outras instituições sociais e religiosas, ou, ainda, numa condição estacionária que pode diferir grandemente da original. Neste último caso, a dificuldade é decidir se devemos encarar o atual estado de coisas como um retrato verdadeiro dos aspectos significativos do passado ou como uma deformação secundária deles.



transgressões são tratadas por selvagens que, sob outros aspectos, estão longe de serem morais segundo nossos padrões:

"Na Austrália, a penalidade comum para as relações sexuais com uma pessoa de um clã proibido é a morte. Não importa se a mulher é do mesmo grupo local ou foi capturada de outra tribo, durante a guerra; o homem do clã impróprio que a usar como esposa é perseguido e morto por seus irmãos de clã, assim como a mulher; embora, em alguns casos, se os transgressores conseguem evitar a captura por um certo tempo, a ofensa possa ser perdoada. Na tribo Ta-ta-thi, da Nova Gales do Sul, nos raros casos em que ocorre, o homem é morto, mas a mulher é apenas espancada ou perfurada por lanças, ou ambas as coisas, até ficar quase morta; sendo a razão alegada para não chegar a matá-la o fato de, provavelmente, ter sido coagida. Mesmo em namoros ocasionais, as proibições do clã são estritamente observadas; todas as suas violações "são encaradas com a maior repulsa e punidas com a morte". [Citado de Cameron 1885, 351.]

(b) Desde que o mesmo castigo severo é infligido a casos amorosos passageiros que não resultaram em filhos, parece improvável que as razões para a proibição sejam de natureza prática.

(c) Uma vez que os totens são hereditários não mutáveis pelo casamento, é fácil acompanhar as consequências da proibição. Por exemplo: onde a descendência se faz pela linha feminina, se um homem do totem canguru casar-se com uma mulher do totem emu, todos os filhos, tanto os rapazes como as meninas, pertencerão ao clã emu. Assim, os regulamentos totêmicos tornarão impossível a um filho desse casamento manter relações sexuais incestuosas com sua mãe ou irmãs, que são emus como ele próprio.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Por outro lado, em todos os casos que concernem a esta proibição, o pai, que é canguru, é livre de cometer incesto com as filhas, que são emus. Se o totem fosse transmitido através da linha masculina, entretanto, o pai canguru seria proibido de cometê-lo com as filhas (visto que todos os seus filhos seriam cangurus), enquanto que o filho ficaria livre para praticá-lo com a mãe. Estas implicações das proibições totêmicas sugerem que a descendência através da linhagem feminina é mais antiga que através da masculina, uma vez existir fundamento para pensar-se que as proibições totêmicas são dirigidas principalmente contra os desejos incestuosos do filho.

(d) Um pouco mais de reflexão, porém, demonstrará que a exogamia vinculada ao totem realiza mais (e, assim, *visa a* mais) do que a prevenção do incesto com a própria mãe e irmãs. Torna impossível ao homem as relações sexuais com todas as mulheres de seu próprio clã (ou seja, com um certo número de mulheres que não são suas parentas consanguíneas), tratando-as como se *fôssem* parentes pelo sangue. A primeira vista, é difícil perceber a justificativa psicológica desta restrição tão ampla, que vai muito além de qualquer comparação com os povos civilizados. Pode-se depreender dela, porém, que o papel desempenhado pelo totem como antepassado comum é tomado muito a sério. Todos os que descendem do mesmo totem são parentes consanguíneos. Formam uma família única e, dentro dela, mesmo o mais distante grau de parentesco é encarado como impedimento absoluto para as relações sexuais.

Vemos, então, que esses selvagens têm um horror excepcionalmente intenso ao incesto, ou são sensíveis ao assunto num grau fora do comum, e que aliam isso a uma peculiaridade que permanece obscura para nós: a de substituir o parentesco consanguíneo real pelo parentesco totêmico. Este último contraste, contudo, não deve ser exagerado em excesso e devemos nos lembrar que as proibições totêmicas incluem a proibição contra o incesto verdadeiro como um caso especial.

O enigma de como a família verdadeira veio a ser substituída pelo clã totêmico talvez deva permanecer insolúvel até que a natureza do próprio totem possa ser explicada. Ao mesmo tempo, é de se observar que se existisse um certo grau de liberdade de relações sexuais fora do casamento, o parentesco de sangue e, conseqüentemente, a proibição do incesto, tornar-se-iam tão incertos que a proibição teria necessidade de uma base mais ampla. Em conseqüência disso, é digno de nota que os costumes australianos, em certas situações sociais e durante certos festejos, permitam a quebra dos direitos conjugais exclusivos de um homem sobre a sua mulher.

A linguagem dessas tribos australianas<sup>1</sup> apresenta uma peculiaridade que sem dúvida alguma tem relação com o que esta-

<sup>1</sup> Bem como na maioria das outras comunidades totêmicas.



mos tratando: os termos por elas empregados para expressar os diversos graus de parentesco não denotam uma relação entre dois indivíduos, mas sim entre um indivíduo e um grupo. Foi isto que L. H. Morgan [1877] denominou de sistema 'classificatório' de parentesco. Assim, um homem utiliza o termo 'pai' não apenas para o seu verdadeiro genitor, mas também para todos os outros homens com quem sua mãe poderia ter-se casado, de acordo com a lei tribal, e que, desse modo, poderiam tê-lo gerado. Emprega o termo 'mãe' não apenas para a mulher de quem na realidade nasceu, mas também para todas as outras mulheres que lhe poderiam ter dado à luz sem transgredir a lei da tribo; usa as expressões 'irmão' e 'irmã' não somente para os filhos de seus pais verdadeiros, mas também para os filhos de todas aquelas pessoas com quem mantém uma relação de pais, no sentido classificatório, e assim por diante. Desse modo, os termos de parentesco que dois australianos mutuamente se aplicam não indicam necessariamente qualquer consangüinidade, como os nossos indicariam: representam relacionamentos sociais mais do que físicos. Algo que se aproxima do sistema classificatório pode ser encontrado entre nós, quando, as crianças são incentivadas a referir-se aos amigos dos pais como 'tio' ou 'tia' ou quando, falando num sentido metafórico, dizemos 'irmãos em Apolo' ou 'irmãs em Cristo'.

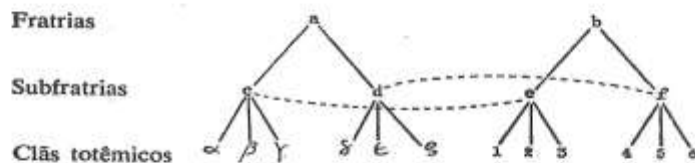
Embora este uso de palavras nos surpreenda e pareça tão confuso, será facilmente compreendido se o encararmos como uma sobrevivência da instituição matrimonial que o Rev. L. Fison chamou de "casamento de grupo" e que consiste num certo número de homens exercer direitos conjugais sobre um certo número de mulheres. Os filhos desse casamento grupal justificadamente considerar-se-iam então uns aos outros como irmãos e irmãs (embora não houvessem todos nascido da mesma mãe) e veriam todos os homens do grupo como pais.

Embora alguns autores, como Westermarck (1901), tenham discutido as conclusões que outros tiraram da existência do sistema classificatório de parentesco, os que têm maior familiaridade com os nativos australianos concordam em considerar esse sistema como uma sobrevivência dos dias do casamento grupal. Na verdade, de acordo com Spencer e Gillen (1899 [64]), uma certa forma de casamento de grupo existe ainda hoje nas tribos

arabuna e dicri. O matrimônio grupal, precedeu, dessa maneira, o casamento individual entre esses povos e, depois do seu desaparecimento, restaram dele traços definidos tanto na linguagem quanto nos costumes.

Mas; uma vez que tenhamos colocado o matrimônio de grupo no lugar do casamento individual, o grau visivelmente excessivo de evitação de incesto com que nos deparamos entre esses mesmos povos se torna inteligível. A exogamia totêmica, ou seja, a proibição de relações sexuais entre os membros do mesmo clã, parece ter constituído o meio apropriado para impedir o incesto grupal; dessa maneira, estabeleceu-se e persistiu muito tempo após a sua *raison d'être* haver cessado.

Podemos parecer que descobrimos assim os motivos que levaram os nativos australianos a estabelecer suas restrições matrimoniais, mas vamos agora saber que o estado de coisas real revela uma complexidade muito maior e, à primeira vista, desconcertante, porque existem poucas raças na Austrália em que a barreira totêmica constitua a única proibição. A maioria delas está organizada de maneira a incidir em duas divisões, conhecidas como classes matrimoniais ou 'fratrias'. Cada uma destas fratrias é exógama e abrange um certo número de clãs totêmicos. Via de regra, cada fratria é ainda subdividida em duas 'subfratrias', com a tribo inteira achando-se assim dividida em quatro e as subfratrias sendo intermediárias entre as fratrias e os clãs totêmicos.



Aqui os doze clãs totêmicos estão divididos em quatro subfratrias e duas fratrias. Todas as divisões são exógamas.<sup>1</sup> As subfratrias *c* e *e* formam uma unidade exógama e assim também as subfratrias *d* e *f*. O resultado (*c*, portanto, o objetivo) destas disposições não pode ser posto em dúvida: elas ocasionam uma restrição ainda maior sobre a escolha de casamento e a liberdade sexual. Suponhamos que cada clã possua um número igual de membros. Então, se apenas existissem os doze clãs totêmicos, cada membro de um clã teria de efetuar sua escolha entre 11/12 de todas as mulheres da tribo. A existência de duas fratrias reduz sua escolha a 6/12 ou 1/2, porque um homem do totem  $\alpha$  só pode casar-se com uma mulher dos totens 1 a 6. Com a introdução das quatro subfratrias, sua escolha é ainda reduzida a 3/12 ou 1/4, porque, neste caso, um homem do totem  $\alpha$  fica restrito, em sua escolha de esposa, a uma mulher dos totens 4, 5 ou 6.

A relação histórica entre as classes matrimoniais (que, em algumas tribos, chegam a oito) e os clãs totêmicos é completamente obscura. É simplesmente evidente que estas disposições visam ao mesmo objetivo que a exogamia totêmica e o levam ainda mais longe. Entretanto, enquanto a exogamia totêmica dá a impressão de ser uma ordenação sagrada de origem desconhecida — em suma, de ser um costume — a complicada instituição das classes matrimoniais, com suas subdivisões e os regulamentos que a elas se vinculam, parece mais o resultado de uma legislação deliberada, que pode talvez ter-se encarregado de assumir a prevenção do incesto, em virtude do declínio da influência do totem. E, enquanto o sistema totêmico é, como sabemos, a base de todas as outras obrigações sociais e restrições morais da tribo, a significação das fratrias em geral parece não estender-se além da regulamentação da escolha matrimonial, que é seu objetivo.

O sistema de classes matrimoniais, em seus desenvolvimentos mais avançados, testemunha um empenho de ir além da prevenção do incesto natural e de grupo e de proibir o casamento

<sup>1</sup> O número de totens foi escolhido arbitrariamente.

entre grupos de parentes ainda mais distantes. Nisto assemelha-se à Igreja Católica, que estendeu a antiga proibição contra o matrimônio entre irmãos e irmãs ao casamento entre os que são meramente parentes espirituais [padrinhos, madrinhas e afilhados]. (Cf. Lang. 1910-11 [87].)

Foge ao objetivo do nosso estudo o exame pormenorizado das discussões extraordinariamente complexas e obscuras acerca da origem e significação das classes matrimoniais e sua relação com o totem. Para o fim que temos em vista, é suficiente chamar a atenção para a grande preocupação que têm os australianos, e outros povos selvagens, com a prevenção do incesto.<sup>3</sup> Tem-se de admitir que esses selvagens são ainda mais sensíveis à questão do que nós. Estão provavelmente mais sujeitos à tentação de cometê-lo e, por essa razão, necessitam de maior proteção.

Mas o horror ao incesto demonstrado por esses povos não se satisfaz com a criação das instituições que descrevi e que parecem dirigir-se principalmente ao incesto grupal. Temos de acrescentar-lhes um certo número de 'costumes' que regulam as relações dos indivíduos com os seus parentes próximos, em nosso sentido do termo, costumes que são literalmente forçados com severidade religiosa e cujo intuito mal pode ser posto em dúvida. Esses costumes ou proibições costumeiras foram denominados de 'evitações'. Estendem-se muito além das raças totêmicas da Austrália, porém mais uma vez devo pedir aos meus leitores para se contentarem com um extrato fragmentário, tirado do copioso material existente.

Na Melanésia, proibições restritivas desse tipo regulam as relações do menino com a mãe e irmãs. Assim, por exemplo, na Ilha dos Leprosos, uma das Novas Hébridas, quando um menino chega a uma certa idade, deixa de morar em casa e se aloja na 'casa comum', onde passa a comer e dormir regularmente. Pode ainda ir à casa do pai pedir comida, mas, se alguma irmã estiver em casa, terá de ir embora antes de comer. Se nenhuma irmã lá estiver, poderá sentar-se perto da porta e comer. Se, por acaso, um irmão e uma irmã se encontrarem ao ar livre, ela terá de

<sup>3</sup> Storer (1911 [16]) muito recentemente insistiu sobre este ponto.



fugir correndo ou esconder-se. Se um menino souber que certas pegadas na estrada são de sua irmã, não as seguirá, como ela também não seguirá as dele. Na realidade, nem sequer pronuncia o nome dela e uma palavra comum, se fizer parte desse nome. Esta evitação começa com as cerimônias da puberdade e se mantém durante toda a vida. A reserva entre o filho e a mãe aumenta à medida que o menino cresce, sendo muito maior da parte dela que da dele. Se a mãe lhe traz comida, não a entrega diretamente, coloca-a no chão para que ele a apanhe. No diálogo não o trata por tu, usa as formas mais cerimoniosas do plural<sup>1</sup>.

Costumes semelhantes predominam na Nova Caledônia. Se acontece um irmão e uma irmã encontrarem-se num caminho, a irmã esconde-se dentro do mato e o irmão passa sem virar a cabeça.<sup>2</sup>

Entre os nativos da Península Gazelle, na Nova Bretanha, não é permitido que uma moça, depois de casada, converse com o irmão; ela nunca pronuncia o nome dele; designa-o por outra palavra.<sup>3</sup>

Em New Mecklenburg, os primos de certos graus estão sujeitos a restrições semelhantes às estabelecidas para irmãos e irmãs. Não podem aproximar-se um do outro, apertar-se as mãos, nem presentear-se, sendo-lhes permitido porém falar-se à distância de alguns passos. A penalidade para o incesto com uma irmã é a morte por enforcamento.<sup>4</sup>

Em Fiji, essas regras de evitação são particularmente rigorosas; atingem não somente as irmãs de sangue, mas também as irmãs tribais. É de espantar-nos como o mais misterioso de tudo que estes mesmos selvagens realizem orgias sagradas, nas quais precisamente os de graus de parentesco proibido procuram ter relações sexuais — isto é, misterioso a menos que vejamos o contraste como uma explicação da proibição.<sup>5</sup>

Entre os batas da Sumatra, as regras de evitação aplicam-se a todos os parentes próximos. 'Um bata, por exemplo, acharia

<sup>1</sup> Frazer (1910, 2, 77 e seg.), citando Codrington (1891, [232]).

<sup>2</sup> [Frazer (1910, 2, 78), citando Lambert (1900, 114).]

<sup>3</sup> Frazer (1910, 2, 124) [citando Parkinson (1907, 67 e seg.)].

<sup>4</sup> Frazer (1910, 2, 130 e seg.) citando Peckel (1908 [467]).

<sup>5</sup> Frazer (1910, 2, 146 e segs.), citando Fison [1885, 27 e segs.].

chocante que um irmão acompanhasse a irmã a uma festa noturna. Mesmo na presença de terceiros, um irmão e uma irmã batas sentem-se pouco à vontade. Se um entra em casa, o outro sai. Além disso, o pai nunca pode ficar sozinho com a filha em casa, nem a mãe com o filho (...). O missionário holandês que narra esses costumes acrescenta que sente muito dizer, mas pelo que conhece dos batas, acha que a manutenção da maioria dessas regras é muito necessária.<sup>1</sup> Para essas pessoas um encontro a sós entre um homem e uma mulher conduz naturalmente a uma intimidade imprópria entre eles. E, desde que acreditam que as relações sexuais entre parentes próximos acarretarão castigos e calamidades de todos os tipos, têm razão em evitar qualquer tentativa de transgredir essas proibições.<sup>1</sup>

Muito curioso é que entre os barongos de Delagoa Bay, na África do Sul, as regras mais estritas afetam as relações de um homem com sua cunhada, a esposa do irmão de sua mulher. Se encontra essa pessoa temível em alguma parte, cuidadosamente a evita. Não come no mesmo prato que ela, dirige-lhe a palavra com constrangimento, não se aventura a ir à sua choupana e a cumprimenta com voz trêmula.<sup>2</sup>

Uma regra de evitação que era de se esperar fosse encontrada com mais freqüência funciona entre os a-kambas (ou wakambas), da África Oriental Inglesa. Uma moça tem de evitar o pai no período que vai da puberdade ao casamento. Se se encontram na estrada, esconde-se enquanto ele passa, e nunca pode sentar-se perto dele. Isso vigora até o noivado. Depois do casamento já não mais terá de evitar o pai.<sup>3</sup>

Sem sombra de dúvida, a evitação mais difundida e rigorosa (e a mais interessante, do ponto de vista das raças civilizadas) é a que impede as relações de um homem com a sogra. É bastante generalizada na Austrália e estende-se também à Melanésia, Polinésia e às raças negras da África, onde quer que traços de totemismo e do sistema classificatório de parentesco sejam

<sup>1</sup> Frazer (1910, 2, 189) [citando Joustra (1902, 391 e seg.)]

<sup>2</sup> Frazer (1910, 2, 388), citando Junod [1898, 73 e segs.].

<sup>3</sup> Frazer (1910, 2, 424) [citando C.W. Hobley (manuscrito não publicado)].



encontrados e provavelmente mais além ainda. Em alguns desses lugares existem proibições semelhantes quanto a relações inocentes entre uma mulher e o sogro, mas são muito menos comuns e severas. Em alguns casos isolados, ambos os sogros acham-se sujeitos à evitação. Desde que estamos menos interessados na extensão etnográfica dessa evitação do que em sua substância e objetivo, mais uma vez vou restringir-me a citar alguns exemplos.

Entre os melanésios das Ilhas Banks, 'essas regras de evitação são muito severas e minuciosas. Um homem não deve chegar perto da mãe de sua esposa, nem ela dele. Se acontece os dois se encontrarem num caminho, a mulher se desvia e fica de costas até que ele tenha passado ou, talvez, se for mais conveniente, será ele que se afastará do caminho. Em Vanua Lava, em Port Patteson, um homem só pode seguir a sogra ao longo da praia depois que a maré crescente tenha lavado suas pegadas da areia. Não obstante, o genro e a sogra podem falar-se a uma certa distância, mas uma mulher em nenhuma circunstância menciona o nome do marido de sua filha, nem ele o dela.<sup>1</sup>

Nas Ilhas Salomão, após o casamento, o genro não pode ver nem conversar com a sogra. Se a encontrar, não deve reconhecê-la; deve fugir e esconder-se o mais depressa possível.<sup>2</sup>

Entre os bantos orientais, 'o costume exige que o homem "tenha vergonha" da mãe de sua esposa, isto é, que se esquive deliberadamente à sua companhia. Não deve entrar na mesma cabana que ela e se por acaso se encontrarem num caminho, um ou outro volta-se para o lado, ela talvez escondendo-se por trás de um arbusto, enquanto ele oculta o rosto com o escudo. Se não puderem evitar-se assim e a sogra não tiver nada com que se cobrir amarra um talo de capim em volta da cabeça, como símbolo de evitação cerimonial. Toda comunicação entre os dois — seja através de terceiros, seja gritando um para o outro a uma certa distância —, tem de ter alguma barreira interposta entre eles, como p. ex., a cerca do *kraal*.<sup>3</sup> Não podem nem mesmo pronunciar o nome próprio um do outro.' (Frazer, 1910, 2, 385.)

<sup>1</sup> Frazer (1910, 2, 76), citando Codrington (1891, 42 e segs.).

<sup>2</sup> Frazer (1910, 2, 117), citando Ribbe (1903 [140 e seg.]).

<sup>3</sup> Aldeia indígena da África do Sul (N. do Trad. Bras.).

Entre os basogas, povo banto que vive na região das nascentes do Nilo, o homem só pode falar com a sogra quando ela se encontra noutra peça e fora de vista. Incidentalmente, esses povos têm um tal horror ao incesto que o punem mesmo quando ocorre entre os animais domésticos. (Frazer, 1910, 2, 461.)

Embora não possa haver dúvida quanto ao intuito e à significação das outras evitações entre parentes próximos e elas sejam universalmente consideradas como medidas protetoras contra o incesto, as proibições que afetam as relações entre genro e sogra receberam outra interpretação de certos grupos. Foi com justiça considerado incompreensível que todos esses diferentes povos sentissem um medo tão grande da tentação apresentada a um homem por uma mulher idosa, que poderia ser, mas de fato não era, sua mãe. (Crawley, 1902, 405.)

Essa objeção foi também levantada contra o ponto de vista apresentado por Fison [Fison e Howitt, 1880, 104]. Salientou ele que certos sistemas de classes matrimoniais apresentavam lacunas, em consequência das quais o casamento entre genro e sogra não era teoricamente impossível. Por essa razão, sugeriu, tornou-se necessária uma garantia especial contra essa possibilidade.

Sir John Lubbock (1870 [84 e seg.]) atribuiu a origem da atitude da sogra para com o genro à instituição do 'casamento por captura'. 'Quando a captura era uma realidade', escreveu, 'a indignação dos genitores também seria real; quando tornou-se um mero símbolo, a ira paterna seria também simbolizada e continuada mesmo após a sua origem ter sido esquecida.' Crawley [1902, 406] não tem dificuldade em demonstrar quão insuficientemente essa tentativa de explicação abrange os pormenores dos fatos observados.

Tylor [1889, 246 e seg.] acredita que o tratamento dado ao genro pela sogra constitui simplesmente uma forma de 'cortar relações' ou de não-reconhecimento pela família da esposa: o homem é encarado como um 'estranho' até nascer o primeiro filho. Em primeiro lugar, contudo, a proibição nem sempre termina quando isto acontece. Porém, independentemente disso, pode-se objetar que esta explicação não lança luz sobre o fato

de a proibição centralizar-se particularmente na figura da *sogra*,<sup>1</sup> ou seja, que a explicação despreza o fator sexo. Ademais, não leva em conta a atitude de horror religioso expressa na proibição. (Crawley, 1902, 407.)

Uma mulher zulu, interrogada sobre o fundamento da proibição, deu a resposta sensata: 'Não é direito que ele veja os seios que amamentaram sua esposa.'<sup>2</sup>

Como sabemos, as relações entre genro e sogra são também um dos pontos delicados da organização familiar nas comunidades *civilizadas*. Essa relação não está mais sujeita a regras de evitação no sistema social dos povos brancos da Europa e da América, mas muitas discussões e desentendimentos poderiam freqüentemente ser eliminados se a evitação ainda existisse como um costume e não tivesse de ser recriada pelos indivíduos. Poderá ser encarado por alguns europeus como um ato de alta sabedoria por parte desses selvagens terem impedido inteiramente, através de suas regras de evitação, qualquer contato entre duas pessoas colocadas em relação tão chegada uma com a outra. Quase não comporta dúvida o fato de que alguma coisa na relação psicológica da sogra com o genro cria hostilidade entre eles e torna difícil a convivência. Mas o fato de que nas sociedades civilizadas as sogras sejam tema constante de piadas parece-me sugerir que a relação emocional em jogo inclui componentes nitidamente contrastantes, ou seja, acredito que esta relação seja na realidade uma relação 'ambivalente', composta de impulsos conflitantes afetuosos e hostis.

Alguns desses impulsos são bastante óbvios. Do lado da sogra, temos a relutância em abrir mão da posse da filha, a desconfiança do estranho a quem esta é entregue, um impulso de manter a posição dominante que ocupou em sua própria casa. Do lado do genro, há a determinação de não se submeter mais à vontade de outrem, o ciúme de alguém que possuiu a afeição de sua esposa antes dele e, por fim, mas não em último lugar,

<sup>1</sup> 'Mother-in-law' em inglês; 'Schwiegermutter' em alemão. O grifo original aplica-se apenas à palavra *mãe* (*mother, mutte*). (N. do Trad. Bras.)

<sup>2</sup> Crawley (1902, 401), citando Leslie (1875 [141]).

a resistência a algo que interfere na supervalorização ilusória originada de seus sentimentos sexuais. A figura da sogra geralmente causa essa interferência porque tem muitas características que lhe lembram a filha e, não obstante, carece de todos os encantos de juventude, beleza e frescor espiritual que fazem da sua esposa uma pessoa atraente para ele.

Mas podemos apresentar outros motivos que não estes, graças ao conhecimento dos impulsos mentais ocultos que adquirimos no exame psicanalítico dos seres humanos. Uma mulher cujas necessidades psicosexuais deveriam encontrar satisfação no casamento e na vida de família é muitas vezes ameaçada pelo perigo de ficar insatisfeita porque sua relação matrimonial chegou a um fim prematuro e por causa da monotonia de sua vida emocional. Uma mãe, à medida que envelhece, se salva disso colocando-se a si própria no lugar dos filhos identificando-se com eles; e isso ela o faz tornando suas as experiências emocionais deles. Diz-se que os pais mantêm-se jovens através dos filhos e esse é, na verdade, um dos proveitos psicológicos mais preciosos que os pais tiram dos filhos. Quando um casamento é estéril, a mulher perde uma das coisas que mais lhe poderiam ajudar a suportar a resignação que o casamento exige dela. A identificação simpática<sup>1</sup> da mãe com a filha pode facilmente ir tão longe que ela própria se apaixone pelo homem que a filha ama e, em exemplos extremos, isto pode levar a formas graves de doença neurótica, como resultado das violentas lutas mentais contra esta situação emocional. De qualquer modo, acontece muito freqüentemente uma sogra estar sujeita a um *impulso* para este tipo de paixão e este próprio impulso ou uma inclinação oposta são acrescidas ao tumulto das forças conflitantes em sua mente. E muitas vezes os componentes cruéis e sádicos de seu amor são dirigidos para o genro, a fim de que os afetuosos e proibidos possam ser mais severamente suprimidos.

A relação do homem com a sogra é complicada por impulsos similares, embora venham de outra fonte. Descubra-se geralmente que ele escolheu a mãe como objeto de amor, e talvez a irmã também, antes de chegar à escolha final. Por causa da

<sup>1</sup> No sentido empregado em Medicina (N. da Rev. Estilística).



barreira que existe contra o incesto, seu amor é desviado das duas figuras sobre quem sua afeição se centralizava na infância para um objeto externo modelado sobre elas. O lugar de sua própria mãe, que é também mãe de sua irmã, é assumido pela sogra. Ele tem um impulso a recair em sua escolha original, embora tudo nele lute contra isso. Seu horror ao incesto insiste em que a história genalógica da sua escolha de um objeto para amar não deve ser relembrada. Seu repúdio a este impulso é facilitado também pelo fato de ser a sogra apenas uma figura contemporânea; ele não a conheceu durante toda a vida, de modo que não existe uma representação imutável dela preservada em seu inconsciente. Um resquício de irritabilidade e malevolência que pode estar presente na miscelânea de seus sentimentos leva-nos a suspeitar que ela realmente lhe oferece uma tentação ao incesto e isto é confirmado pelo fato não muito raro do homem apaixonar-se abertamente pela mulher que virá posteriormente a ser sua sogra, antes de transferir seu amor para a filha dela.

Não vejo em que se possa ser contra a pressuposição de que é precisamente este fator incestuoso na relação que motiva os selvagens a estabelecer regras de evitação entre genro e sogra. Assim, a explicação que devemos adotar para essas evitações estritamente obrigatórias entre os povos primitivos é a apresentada por Fison (ver pág. 33), que as encara simplesmente como uma proteção a mais contra o possível incesto. A mesma explicação é válida para todas as outras evitações, tanto entre relações consanguíneas como tribais. A única diferença seria que, no caso do parentesco de sangue, a possibilidade de incesto é imediata e a intenção de preveni-lo pode ser consciente. Nos outros casos, inclusive no das relações do genro com a sogra, a possibilidade de incesto parece ser uma tentação na fantasia, mobilizada pela ação de laços vinculantes inconscientes.

Nas páginas precedentes não houve muita oportunidade de demonstrar como uma nova luz pode ser lançada sobre os fatos da psicologia social pela adoção de um método psicanalítico de abordagem, pois o horror ao incesto apresentado pelos selvagens já foi há muito tempo identificado como tal e dispensa interpretações adicionais. Tudo o que pude acrescentar à nossa compreensão dele foi dar ênfase ao fato de que se trata fundamentalmente de uma característica *infantil*, e que revela uma notável concordância com a vida mental dos pacientes neuróticos. A psi-

canálise nos ensinou que a primeira escolha de objetos para amar feita por um menino é incestuosa e que esses são objetos proibidos: a mãe e a irmã.<sup>1</sup> Estudamos também a maneira pela qual, à medida que cresce, ele se liberta dessa atração incestuosa. Um neurótico, por outro lado, apresenta invariavelmente um certo grau de infantilismo psíquico; ou falhou em libertar-se das condições psicosssexuais que predominavam em sua infância ou a elas retornou; duas possibilidades que podem ser resumidas como inibição e regressão no desenvolvimento. Assim, as fixações incestuosas da libido continuam (ou novamente começam) a desempenhar o papel principal em sua vida mental inconsciente. Chegamos ao ponto de considerar a relação de uma criança com os pais, dominada como é por desejos incestuosos, como o complexo nuclear das neuroses. Esta revelação da importância do incesto na neurose é naturalmente recebida com ceticismo geral pelos adultos e pelas pessoas normais. Descrença semelhante verificase, por exemplo, inevitavelmente em relação às obras de Otto Rank [p. ex., 1907 e 1912], que ainda trouxeram mais provas para demonstrar até onde o interesse dos escritores criativos centraliza-se em torno do tema do incesto e como o mesmo assunto, em inúmeras variações e deformações, constitui o tema geral da poesia. Somos levados a acreditar que essa rejeição é, antes de tudo um produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, hoje dominados pela repressão. Por conseguinte, não é de pouca importância que possamos mostrar que esses mesmos desejos incestuosos, que estão destinados mais tarde a se tornarem inconscientes, sejam ainda encarados pelos povos selvagens como perigos imediatos, contra os quais as mais severas medidas de defesa devem ser aplicadas.

<sup>1</sup> [Esse tema foi estudado exaustivamente por Freud pela primeira vez no terceiro de seu *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (Ed. Standard Brasileira, VII, 231 e segs., IMAGO Editora, 1972.)]